

## **MARÉ - MULHERES EM ACOLHIMENTO, REFLEXÃO E ESCUTA: EXPERIÊNCIAS DE ACOLHIMENTO ONLINE NA PANDEMIA COVID-19 COM MULHERES QUE VIVENCIARAM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA**

Sarah Cristine Bastos  
*Graduanda em Psicologia pela Faculdade CESUSC*  
*sarah.bastos@faculdadecesusc.edu.br*

Anieli Andressa Smyk  
*Graduanda em Psicologia pela Faculdade CESUSC*  
*anieli.smyk@faculdadecesusc.edu.br*

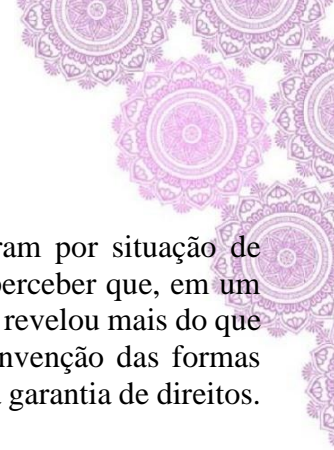
Isadora Garcia  
*Graduanda em Psicologia pela Faculdade CESUSC*  
*isadora.garcia@faculdadecesusc.edu.br*

Marília dos Santos Amaral  
*Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do curso de  
Psicologia da Faculdade CESUSC.*  
*marilia.amaral@faculdadecesusc.edu.br*

*Simpósio Temático nº 26 – MULHERES NA PANDEMIA DA COVID-19: CUIDADO DE SI, DOS  
CORPOS E DOS TERRITÓRIOS*

### **RESUMO**

No contexto da pandemia da COVID-19 as dificuldades no enfrentamento à violência doméstica têm se evidenciado, acentuando as dificuldades de acesso e mobilização da rede de apoio às vítimas. Como medida de segurança sanitária foi necessária a suspensão de alguns serviços de acolhimento presencial e a procura por meios de denúncia remota foram encorajadas. Nesse cenário, são descritas e discutidas no presente artigo as ações online do Projeto de Extensão MARÉ - Mulheres em Acolhimento Reflexão e Escuta, que tem como objetivo viabilizar um espaço de acolhimento e fortalecimento comunitário com mulheres que vivenciaram situações de violência, durante o período de março a dezembro de 2020 contou com 13 participantes. Para isso, orienta-se pelo embasamento teórico-metodológico da Psicologia Social Comunitária em articulação com as Teorias Feministas, principalmente de vertente interseccional. Por conta da pandemia, o projeto precisou se adaptar ao contexto digital, desse modo, a partir dos desafios encontrados para a continuidade do projeto, esse relato de experiência se organiza por meio da seguinte pergunta: Como manter os vínculos



comunitários em um grupo de acolhimento online com mulheres que passaram por situação de violência? Com base no trabalho realizado durante esse período, foi possível perceber que, em um cenário nas quais as vulnerabilidades existentes foram intensificadas, o grupo se revelou mais do que nunca como um espaço de escuta, construção de redes de apoio mútuo e reinvenção das formas coletivas de resistência que potencializam a promoção de saúde, a autonomia e a garantia de direitos.

**Palavras-chave:** Mulheres, Violência, Grupo Comunitário Online, Pandemia.

## ABSTRACT

In the context of the COVID-19 pandemic, the hardships in facing domestic violence have been shown, highlighting the difficulties regarding the access and mobilization of the support network to the victims. As a sanitary safety measure, a suspension of some on-site welcoming services was needed and the search for means of remote report were encouraged. In this scenario, within this article are described and discussed the online actions of Projeto de Extensão MARÉ - Mulheres em Acolhimento Reflexão e Escuta, that has the objective to enable a welcoming space e the strengthening the community with women that went through situations of violence during the period of time between March and December of 2020, and that counted with the presence of 13 participants. For this, it is oriented by the theoretical-methodological approach of the Social Community Psychology in articulation with the Feminist Theories, mainly the ones with an intersectional aspect. In the account of the pandemic, the project needed to adapt itself to the digital context. So, from the challenges faced in order to resume the program, this experience report organizes itself through the following question: How to maintain the community bonds in a welcoming online group with women that went through situations of violence? According to tasks made within this period, it was perceived that in a scenario in which the existing vulnerabilities were intensified, the group showed itself more than ever as a listening zone, a support network building space and a place that reinvented the collectives forms of resistance that optimize the health promotion, the autonomy and the guarantee of rights.

**Keywords:** Women, Violence, Online Community Group, Pandemic.

## INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é uma problemática social que ocorre tanto no âmbito privado, quanto no público. Apesar de alguns avanços terem ocorrido nos últimos anos, como a criação de leis e delegacias especializadas de atendimento às mulheres, a violência em função do gênero ainda se apresenta de maneira recorrente, uma vez que seus fatores estão diretamente ligados à cultura e à estrutura social. Esse cenário é refletido nos dados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que demonstram que somente entre março e abril de 2020, nos primeiros meses de pandemia do COVID-19, houveram 1720 processos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, no mesmo período, o estado registrou 1291 pedidos de medida protetiva requeridos, com 1171 destas

sendo deferidas. Já no primeiro semestre de 2021, entre os meses de janeiro e julho, foram 7643 processos de violência doméstica distribuídos, e 1912 processos de medidas protetivas de urgência também distribuídos (SANTA CATARINA, 2021).

Aliado a isso, o contexto de pandemia junto às medidas adotadas para a contenção da propagação da COVID-19, tem gerado dificuldades sociais e econômicas evidenciando as desigualdades estruturais da sociedade. Dessa forma, intensificaram-se os processos de vulnerabilização experimentados pelas mulheres, pois o acesso à denúncia e as possibilidades de proteção e prevenção à violência se reduziram. Assim, demonstra-se a necessidade de fortalecimento e criação de políticas voltadas à garantia de direitos às mulheres.

Nesse contexto, o presente estudo se propõe a descrever e discutir as atividades do Projeto de Extensão MARÉ - Mulheres em Acolhimento Reflexão e Escuta do curso de Psicologia da Faculdade CESUSC (Florianópolis, Santa Catarina), desenvolvidas no contexto da pandemia COVID-19. O MARÉ tem como objetivo promover espaço de acolhimento, escuta e fortalecimento comunitário com mulheres que passaram por situação de violência. Contudo, em decorrência das medidas para contenção da propagação da COVID-19, os encontros grupais que aconteciam, desde 2019, semanalmente e de forma presencial, precisaram ser readaptados para o formato online.

O grupo MARÉ se constitui como um grupo-dispositivo pautado nos pressupostos teóricos da Psicologia Social Comunitária e dos Estudos Feministas, principalmente de vertente interseccional. Dessa forma, as mediações realizadas buscam ser as menos interventivas possíveis, com foco no fortalecimento dos vínculos comunitários e na promoção de emancipação das mulheres do grupo a partir de seu reconhecimento como sujeitos de direitos. Para alcançar esse objetivo o Projeto age estreitando laços com os equipamentos das políticas públicas de assistência social e com coletivos que têm como objetivo a luta pelos direitos das mulheres.

Durante o contexto de pandemia, em que se tornou necessária a reestruturação do grupo para o ambiente virtual, inevitavelmente vivenciou-se mudanças na dinâmica de interação do grupo, levando a uma diminuição na interação entre as integrantes do MARÉ. Muitas dessas mudanças foram influenciadas pela pouca familiaridade de algumas participantes do grupo com as tecnologias utilizadas para os encontros, pela saudade dos encontros presenciais e pelos desafios vividos ao longo da pandemia. Partindo desses desafios, o presente relato possui como objetivo descrever as estratégias utilizadas para manter os vínculos comunitários em um grupo de acolhimento online com mulheres que passaram por situação de violência.



## PANDEMIA COVID-19: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA VULNERABILIZAÇÃO

Em dezembro de 2019 registrou-se o primeiro caso da doença respiratória denominada COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, na cidade de Wuhan, na China. Sua transmissão se dá pelo contato com uma pessoa infectada através de gotículas de saliva, tosse, catarro e espirro que entram em contato com a boca, nariz ou olhos e por meio de objetos e superfícies contaminadas. Os principais sintomas são a febre, tosse, dor de garganta e dificuldade respiratória (ISER et al., 2020). Em janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou estado de emergência de saúde pública de interesse internacional por conta da COVID-19, ação necessária quando um acontecimento traz encadeamentos para a saúde pública, superando os limites do país que foi inicialmente afetado, apontando assim para a necessidade de uma ação internacional (VALENTE, 2020). No dia 26 de fevereiro de 2020, datou-se o primeiro caso da COVID-19 no Brasil e em 17 de março do mesmo ano, a primeira morte causada pelo vírus no país. Em 11 de março de 2020, a OMS declarou estado de pandemia. Desde então, as políticas de saúde pública reforçam a necessidade de isolamento social para que haja a diminuição da velocidade de propagação do vírus, prevenindo o aumento do número de casos e a superlotação de Unidades de Tratamento Intensivo (UTI), que são limitadas (BARROS-DELBEN et. al, 2020).

O número total de casos de COVID-19 confirmados no Brasil até 31 de agosto de 2021 é de 20.741.815, e 579.643 mil óbitos já foram contabilizados por conta da doença (BRASIL, 2021). O que acarreta essas mortes, para além de uma causa biológica, é também uma causa política e social, que comanda a gestão de vidas. Em situações de crise como essa, as desigualdades sociais já existentes se tornam mais intensas e evidentes. Dessa forma, as populações mais afetadas no período pandêmico são as mesmas que vêm sendo historicamente atingidas por políticas neoliberais destrutivas. O reflexo desse tipo de política pode ser percebido pela ineficiência do Estado no enfrentamento à pandemia, evidenciada através de ações que incluem dificultar o acesso ao auxílio emergencial, o incentivo à quebra do isolamento social, a defesa de práticas contrárias às medidas de prevenção expostas por pesquisadoras/es e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e a transmissão de *fakenews* (MESQUITA; ALVES; SOUZA, 2021).

Apesar de alguns enunciados midiáticos afirmarem que “o coronavírus é democrático”, isto é, atinge toda a população da mesma forma, Livio (2020) reitera que os efeitos tanto do vírus quanto

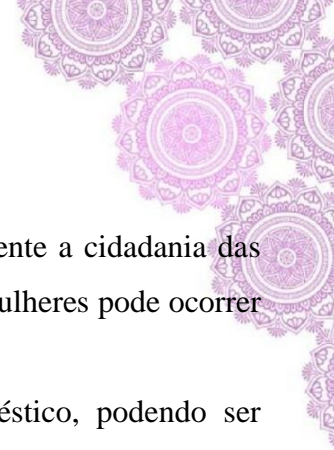
da crise econômica que lhe acompanha variam consideravelmente de acordo com a classe social, cor, gênero e etnia dos indivíduos. Considerando o alto índice de desemprego e de trabalhadoras (es) informais no país, muitas (os) têm que escolher entre se expor ao vírus ou passar fome, uma vez que mais de 30 milhões de pessoas não têm acesso à água tratada e 100 milhões ao esgoto, dentre a população mais vulnerável a maioria é negra e, além disso, 70% das (os) trabalhadoras (es) da linha de frente ao vírus são mulheres. Isso demonstra a forma como as estruturas sociais e políticas do país podem atingir as populações mais vulneráveis, logo, as chances de contaminação e o amparo para lidar com essa situação não são iguais (PINHEIRO-MACHADO, 2020).

## **VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PANDEMIA: MARCAS DE PROCESSOS HISTÓRICOS ESTRUTURAIS**

O gênero é uma construção social, algo que é produzido e não natural, dessa forma entende-se que não há relação necessária entre o corpo de alguém e o seu gênero. Nesse sentido, gênero é um processo que não possui início e fim, mas que vai sendo construído pelos sujeitos a partir dos discursos vigentes. Desse modo, depreende-se que ele não é substantivo, mas performativo, visto que escolher o gênero significa interpretar as normas existentes, compondo-as de uma nova forma. Portanto, a violência contra as mulheres não ocorre por conta das diferenças biológicas e fisiológicas entre homens e mulheres, mas está relacionada à produção e manutenção das relações de poder e das violências decorrentes destas (SALIH, 2015).

Desse modo, devido às desigualdades políticas e econômicas existentes, as mulheres ocupam um lugar de inferioridade em relação aos homens em diferentes âmbitos da vida. A violência de gênero pode ser compreendida, portanto, como uma relação de poder, na qual são geradas vulnerabilidades específicas, tais como, violência como uma destinação das mulheres, sua banalização e naturalização. Essas vulnerabilidades de gênero somadas a outras existentes acabam por impactar no comportamento das mulheres em relação à violência sofrida, dificultando, por exemplo, a denúncia e acentuando o sentimento de medo e vergonha (TELES; MELO, 2002).

De acordo com a lei nº 11.340, intitulada Lei Maria da Penha, promulgada em 07 de agosto de 2006, a partir das reivindicações dos movimentos sociais, considera-se violência contra as mulheres qualquer conduta ou ação, fundamentada no gênero, que ocasione morte ou prejuízo sexual, físico ou psicológico. Pode acontecer tanto no âmbito público quanto no privado e consiste em uma



violação dos direitos humanos e das liberdades primordiais, afetando diretamente a cidadania das mulheres. Conforme o Instituto Maria da Penha (2018), a violência contra as mulheres pode ocorrer de diversas formas: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A violência de gênero se dá predominantemente no ambiente doméstico, podendo ser executada pelo marido, ex-marido, companheiro, namorado, pai, ou até mesmo com quem a mulher estabelece relações afetivas/íntimas como sogros, filhos, primos, entre outros. Estudos mostram que a chance de as mulheres sofrerem violência em seu domicílio é nove vezes maior do que na rua. Além disso, está entre as principais causas de morte entre mulheres de 15 a 44 anos de idade (OAB SP, 2009).

No contexto pandêmico, uma forma de conter a proliferação do vírus foi a criação da campanha “fique em casa” que circulava na mídia e nas redes sociais, compartilhada com o discurso de que garantiria o bem-estar e saúde das famílias. Contudo, para as vítimas, ficar em casa, as isola da sociedade, dos amigos e familiares e as prende junto dos seus agressores. Assim, o lar, que o senso comum simboliza como um espaço de refúgio e segurança, para algumas pessoas é um cenário de conflitos e medo cotidianos (SAWAIA et al., 2020).

Corroborando com o sentimento de insegurança, a redução das atividades econômicas fez com que muitas mulheres perdessem seus meios de sustento. Perder sua fonte de renda, significa para as mulheres, perda de autonomia e independência, as tornando mais vulneráveis a seus agressores. O conceito autonomia é compreendido aqui, de acordo com Saffioti (2002) como sendo a capacidade social que o sujeito possui de realizar seus desejos e decidir sobre a sua vida e a dos demais. Nesse sentido, compreende-se que as relações entre homens e mulheres são historicamente marcadas pela desigualdade e o dinheiro como relação social é um mediador importante dessa relação, na medida em que possui-lo afeta a mobilidade e a individualização dos sujeitos (REGO; PINZANI, 2013).

Além disso, com as escolas em recesso e os cuidados específicos de higiene e saúde, há o aumento da demanda de trabalhos domésticos produtivos e reprodutivos nas famílias e as mulheres seguem sendo as mais afetadas. Por conta disso, as que continuam trabalhando, em home office ou não, enfrentam uma dupla jornada de trabalho, sendo sobrecarregadas com as tarefas domésticas por não terem apoio de seus familiares. Assim, de alguma forma, todos os membros da família colaboram para a manutenção desse lugar e contribuem para a sua perpetuação (ONU Mulheres, 2020).

Levando em consideração o fato de que, no momento atual, as famílias são orientadas a permanecer em casa, possivelmente o agressor está 24h junto da vítima, tornando a realização de denúncias via ligação mais difícil e perigosa. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos

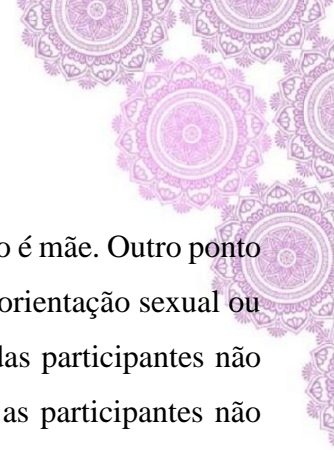
Humanos (MMFDH) lançou um aplicativo chamado “Direitos Humanos BR”, que é uma plataforma digital do Ligue 180 e Disque 100, com o intuito de receber denúncias, tanto das vítimas quanto de seus vizinhos, comunidade, etc. A ideia do aplicativo era a de realizar o envio de fotos, vídeos e documentos que pudessem auxiliar na comprovação da situação de violência (BRASIL, 2020). Além disso, outros aplicativos e campanhas foram criados para apoiar mulheres vítimas de violência nesse momento.

É importante afirmar que as estratégias de combate à violência contra as mulheres no contexto da pandemia não podem ficar restritas às formas de registrar denúncias, apesar de esse ser um ponto fundamental. Medidas devem ser tomadas para que aumentem tanto as respostas à essas denúncias, quanto a divulgação dos meios possíveis de realizá-la, que sejam ampliadas as redes de apoio e o número de vagas em abrigos, e que as/os profissionais de saúde sejam capacitadas/os para reconhecer situações de risco (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2000).

## **ENCONTROS GRUPAIS MARÉ- ONLINE: EXPERIÊNCIAS DE ACOLHIMENTO E VÍNCULOS COMUNITÁRIOS NO AMBIENTE VIRTUAL**

O grupo MARÉ - Mulheres em Acolhimento Reflexão e Escuta é um projeto de extensão do curso que teve início em 2018, com o mapeamento dos serviços oferecidos no município de Florianópolis (SC) para mulheres em situação de violência. Após a percepção da carência desses espaços, estabeleceu-se uma parceria entre o curso de Psicologia da Faculdade CESUSC e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS - Canasvieiras). Em abril de 2019 iniciaram-se encontros grupais, possibilitando a criação de um novo ponto de referência num local que já fazia parte do território geográfico e existencial das mulheres. Assim, o grupo acontecia semanalmente (todas às quintas-feiras) nas dependências do CRAS, das 14h30 às 17h30. O projeto propicia um espaço de acolhimento, reflexão e escuta para mulheres que passaram ou estão passando por situação de violência, e utiliza como base teórica e metodológica a Psicologia Social Comunitária e as Teorias Feministas, constituindo-se como um grupo dispositivo.

Durante o ano de 2020, 13 mulheres passaram pelo grupo, sendo 10 que já eram participantes do grupo presencial e 3 entraram ao longo do período online por encaminhamento da rede de assistência social ou da saúde. Destas, quatro participantes estavam na faixa etária entre 20 e 40 anos, e as demais entre 40 e 60 anos. Dentre as mulheres, apenas três não eram usuárias do CRAS, o que denota que a maioria das participantes possuíam renda familiar de até dois salários mínimos. Apenas



duas mulheres tiveram acesso ao ensino superior e dentre todas, somente uma não é mãe. Outro ponto que merece destaque é o fato de que nenhuma das participantes expressou uma orientação sexual ou identidade de gênero diferente da cisheteronormativa. Vale ressaltar que três das participantes não estavam residindo em Florianópolis durante os encontros online. Além disso, as participantes não declararam raça e/ou etnia, no entanto, discussões sobre essas temáticas se fizeram presentes nos encontros, estando interligadas as violências narradas pelas mulheres.

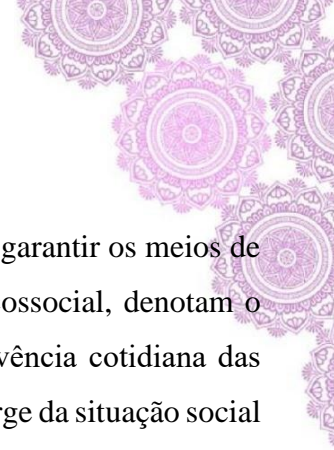
Com o estado de pandemia declarado em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) foram necessárias medidas de segurança e isolamento. Desse modo, no dia 26 de março de 2020 foi criado um grupo no *Whatsapp* (MARÉ-online) para a realização dos encontros semanais via chat, e a administração dele ficou sob responsabilidade das participantes. O grupo mantém dois contratos principais, o de sigilo e da escuta sem julgamento, que é o que garante a segurança e o acolhimento de forma potente e possibilita que ele se torne um espaço possível para elas compartilharem as suas histórias. Diante desse novo contexto, foi imprescindível repensar e adaptar as formas de realização dos encontros e as estratégias de manutenção do sigilo.

Desse modo, uma das medidas de segurança adotadas foi a que se refere à restrição de participantes que residissem com o agressor, como forma de prevenir o agravamento do risco. Além disso, foi acordado pelo grupo que todas as participantes durante os encontros por vídeo chamada estivessem em um local privado e que, se possível, utilizassem fones de ouvido e mantivessem as câmeras abertas. Outra estratégia utilizada foi o combinado entre as integrantes do MARÉ de apagar as mensagens enviadas no grupo de *Whatsapp* ao fim do dia, de modo que terceiros não tivessem acesso ao que estava sendo compartilhado.

As primeiras semanas nessa nova modalidade foram de bastante movimentação, pois foi possível a interação entre as atuais integrantes do grupo e a inclusão de participantes que não residiam mais na cidade. Além disso, nesse momento muitas demandas surgiam no grupo e a maioria eram expressas com caráter de urgência. Dentre as necessidades que surgiram, as mais comuns foram: perda de emprego, falta de alimento, o agravamento de problemas de saúde e sintomas como: ansiedade, falta de ar, angústia, etc. Essas situações fizeram com que fossem necessárias mediações da equipe no grupo, tentando direcioná-las aos serviços das políticas públicas, para as ações sociais e também incentivá-las à solidariedade dentro do próprio grupo.

Além dos movimentos da equipe, as próprias mulheres se organizaram para mapear pontos de distribuição de cestas básicas no território, bem como se auxiliaram no processo de cadastramento para benefícios, como o auxílio emergencial e o bolsa família. Por conta do cenário atual de intenso





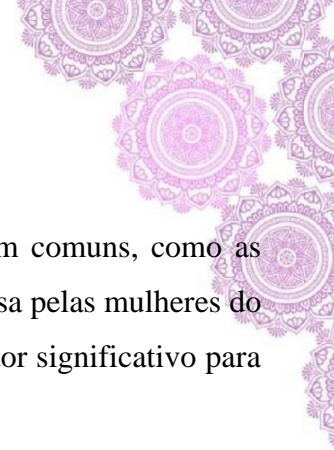
desmorte e negação de direitos, as ações entre elas se fizeram importantes para garantir os meios de subsistência. Essa dificuldade de acesso à direitos básicos e adoecimento psicossocial, denotam o sofrimento ético-político descrito por Sawaia (2001, p.104), que “retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor”.

O MARÉ aconteceu dessa forma até o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) emitirem uma nota técnica, no dia 24 de março de 2020, recomendando a suspensão total das atividades de estágio e extensão devido à pandemia da COVID-19 (CFP, 2020). Desse modo, os encontros precisaram ser interrompidos e a equipe permaneceu no grupo do *Whatsapp* de forma voluntária para que não houvesse uma quebra de vínculos abrupta, mas a interação com as participantes precisou ter uma frequência menor. Durante esse tempo, algumas mulheres saíram do grupo por diferentes motivos, como o trabalho, a vivência de um outro momento da vida, entre outras situações.

Com a retomada dos estágios alguns meses depois, a equipe percebeu que as interações e a dinâmica do grupo estavam completamente diferentes e que era necessário algo para além do MARÉ-online. Desse modo, a equipe propôs que fossem realizadas chamadas de vídeo às quintas-feiras, com a mesma duração dos encontros presenciais (das 14h30 às 17h30) de modo a fortalecer os vínculos que foram prejudicados com a suspensão das atividades e promover um espaço de maior proximidade entre as mulheres e a equipe. No entanto, para colocar isso em prática, foi necessária uma longa discussão entre a equipe sobre diversas questões, tais como, acesso à internet, conhecimento do meio digital e da plataforma a ser utilizada, bem como a privacidade das chamadas.

Inicialmente as chamadas de vídeo foram feitas de maneira livre, os assuntos trazidos eram relacionados à saúde umas das outras, e um interesse em saber se as outras participantes estavam bem. Aos poucos essa dinâmica foi se modificando, o movimento do grupo passou a ser direcionado para uma troca de informações sobre assuntos cotidianos e pragmáticos do momento, envolvendo o acesso e garantia de direitos como o auxílio-emergencial concedido pelo Governo Federal como suporte financeiro durante período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19.

As chamadas de vídeo funcionaram bem por um determinado tempo, mas aos poucos as participações foram diminuindo e outras necessidades foram emergindo. Dessa maneira, os encontros passaram a ser mensais, a equipe passou a estar mais presente no chat do *WhatsApp*, visando mobilizar a interação entre as mulheres. Esse momento do grupo ocorreu de forma concomitante ao final do



primeiro semestre acadêmico do ano, e com isso mudanças que sempre foram comuns, como as entradas e saídas de estudantes na equipe, foram sentidas de maneira mais intensa pelas mulheres do grupo por conta dos vínculos afetivos estabelecidos, sendo esse também um fator significativo para modificações na dinâmica do MARÉ-online.

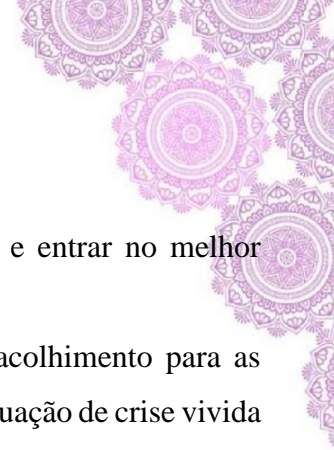
Como estratégia de fortalecimento de vínculos nessa fase de transição, a equipe preparou a dinâmica “caixa viajante”, que se constituiu como uma tentativa de presentificar o acolhimento entre as mulheres. Para isso, a equipe decorou a parte interna de uma caixa com fotos de momentos significativos para o grupo, escrevemos um bilhete e montamos um kit de higienização. Cada mulher recebia a caixa em casa por uma semana, colocava uma lembrancinha nela, e o motorista responsável pelas entregas levava a caixa para a casa de outra participante, que por sua vez, fazia o mesmo. Como o objetivo era fortalecer o grupo, elas não sabiam com quem a caixa estava antes delas e nem para onde iria. A equipe que ficou responsável pela logística de transporte da caixa.

A partir dessa atividade foi possível estreitar os vínculos afetivos do grupo e materializar o cuidado da rede de apoio. Considerando que as participantes não sabiam de quem receberiam a lembrança e nem quem iria ser a próxima pessoa a ficar com a caixa, a lembrança recebida e escolhida era do e para o MARÉ e não para uma pessoa específica. Desse modo, a caixa e os presentes que ela levava se efetivaram como uma ação coletiva.

Além disso, pensando em atender a preocupação trazida pelas integrantes do grupo, de que o MARÉ continuasse sempre acolhendo outras mulheres em situação de violência, optou-se por abrir o grupo novamente para novas integrantes. Inicialmente foram inseridas mulheres encaminhadas pela rede de apoio e/ou que já estivessem em algum tipo de acompanhamento psicológico e/ou socioassistencial. Ainda assim, nesses casos, também foi condição essencial que as novas integrantes não residissem com o agressor.

Nessas condições, três novas participantes entraram no grupo em 2020, e com isso aos poucos os encontros foram sendo retomados de forma semanal, se adequando ao horário que melhor atendesse a demanda do grupo, agora online. Em 2021 houve a entrada de mais duas mulheres por encaminhamento, atualmente o grupo MARÉ conta com nove mulheres. Além disso, a equipe também sofreu alteração ao longo desses meses, sendo formada atualmente por três estagiárias e três extensionistas.

É importante destacar que a periodicidade dos encontros é adaptada conforme a necessidade e o movimento do grupo. No momento atual, os encontros por videochamadas estão ocorrendo semanalmente, toda quinta-feira das 18h às 19h30, mas isso pode se alterar a cada novo encontro. A



equipe fica online durante esse horário, mas as integrantes podem participar e entrar no melhor momento para elas.

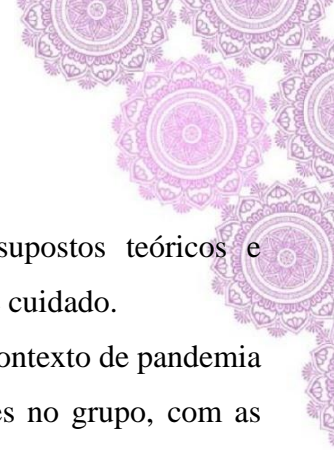
Nesse cenário, o grupo se produziu enquanto um espaço potente de acolhimento para as participantes, mesmo diante de tantos desafios. Devido a indissociabilidade da situação de crise vivida no país e as relações mantidas no MARÉ, pode-se dizer que as principais dificuldades encontradas foram o acesso à cesta básica e o auxílio emergencial, problemas de conexão e a falta de proximidade com o meio digital, assim como a saudade dos modos de se relacionar do momento pré-pandêmico. Como forma de lidar com essa situação, as mulheres articularam-se enquanto grupo, compartilhando informações e fornecendo apoio umas às outras em relação aos sofrimentos que emergiram nesse contexto.

Dessa maneira, por meio de práticas de acolhimento mútuo, o vínculo entre as participantes se constituiu e se constitui como a principal potência do grupo. Esse cuidado se evidencia na importância dada por elas ao grupo, se fazendo presentes por mensagens ou nas chamadas, mesmo tendo dificuldades com/no ambiente virtual. Assim, os laços afetivos e formas de cuidado extrapolaram o próprio grupo em todos os momentos nos quais as mulheres desenvolveram amizades, criaram seus próprios grupos de *WhatsApp* e teceram entre elas suas próprias redes de apoio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação do grupo MARÉ para a modalidade online durante o período pandêmico foi um desafio por diversas questões, como o acesso à internet, a garantia de sigilo e privacidade, entre outras. No entanto, em um cenário onde as desigualdades e as vulnerabilidades existentes foram evidenciadas e intensificadas, o grupo se revelou mais do que nunca como um espaço de acolhimento, fortalecimento de vínculos comunitários e de construção de redes de apoio, sendo uma ferramenta importante de prevenção à saúde, acesso a direitos e escuta acolhedora.

O grupo e suas integrantes precisaram reinventar mecanismos de sobrevivência e resistência diante do cenário imposto pela pandemia do COVID-19, e os contatos realizados através dos encontros propiciaram a busca e o acesso à direitos, além de fortalecer as políticas públicas já existentes e fragilizadas pelo período. Desse modo, percebe-se que apesar dos desafios vivenciados,



o objetivo de fortalecimento de vínculo foi alcançado, partindo de pressupostos teóricos e metodológicos que se pautam na construção de formas coletivas de resistência e cuidado.

Durante esse processo, a participação e mediação do MARE-online no contexto de pandemia possibilitou o contato com as diversas fragilidades e potencialidades presentes no grupo, com as histórias de luta e resistência das integrantes e com os laços de afeto e de apoio mútuo que foram sendo construídos e fortalecidos. Além disso, ficou clara a importância de desenvolver projetos que partam das necessidades e interesses das mulheres de modo a realmente suprir suas necessidades. Outro aspecto fundamental foi a valorização dos saberes comunitários para o desenvolvimento de atividades, para uma atuação que se pautem também nas potências do contexto em que a psicologia se insere. Com isso, percebe-se no fazer do projeto o compromisso ético da Psicologia Social Comunitária com a garantia de direitos e promoção da autonomia das mulheres.

## REFERÊNCIAS

BARROS-DELBEN, Paola; CRUZ, Roberto Moraes; TREVISAN, Karen Rayany Ródio; GAI, Maria Julia Pegoraro; CARVALHO, Raquel Vieira Costa de; CARLOTTO, Pedro Augusto Crocce; ALVES, Roberta Borghetti; SILVESTRE, Daniela; RENNEN, Cristiana Ornellas; SILVA, Antonio Geraldo da. Saúde mental em situação de emergência: covid-19. **Revista Debates em Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 18-28, abr. 2020. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/issue/view/9/9>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 01, 08 ago. 2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-publicacaooriginal-57150-pl.html>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Coronavírus: sobe o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena. **Governo Federal**, Brasília, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Dados de Covid: entenda qual é a situação do país na pandemia. **Governo Federal**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Nota sobre atividades acadêmicas nos cursos de graduação em Psicologia em tempos de pandemia**, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Nota-sobre-atividades-acad%C3%A4micas-nos->

cursos-de-gradua%C3%A7%C3%A3o-em-Psicologia-em-tempos-de-pandemia-Atualizada-1.pdf.  
 Acesso em: 25 mar. 2020.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Tipos de violência.** Fortaleza, 2018. Disponível em:  
 <http://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 25 mai.  
 2020.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da violência.** Fortaleza, 2018a. Disponível em:  
 <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em:  
 25 mai. 2020.

ISER, Betine Pinto Moehlecke; SILVA, Isabella; RAYMUND, Vitória Timmen; POLETO, Marcos  
 Bottega; SCHUELTLER-TREVISOL, Fabiana; BOBINSKI, Franciane. Definição de caso suspeito  
 da COVID-19: uma revisão narrativa dos sinais e sintomas mais frequentes entre os casos  
 confirmados. **Epidemiologia e Serviços de Saúde [online]**, v. 29, n. 3, e2020233, 2020. Disponível  
 em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000300018>. Acesso em: 12 set. 2020.

LIVIO, Gustavo. A pandemia discrimina pela classe, cor, gênero e etnia. **Justificando [online]**, 14  
 abr. 2020. Disponível em: [https://www.justificando.com/2020/04/14/a-pandemia-discrimina-pela-  
 classe-cor-genero-e-etnia/](https://www.justificando.com/2020/04/14/a-pandemia-discrimina-pela-classe-cor-genero-e-etnia/). Acesso em: 15 jun. 2020.

MESQUITA, Marcos Ribeiro; ALVES, Débora Cristina da Silva; SOUZA, Wagner Leite de. Cenas  
 da pandemia: vulnerabilidades sociais num cenário necropolítico. In: LIBARDI, Suzana Santos;  
 MESQUITA, Marcos Ribeiro (Orgs.). **Impactos psicossociais da pandemia:** contribuições do  
 núcleo Alagoas da ABRAPSO. Maceió: Edufal, 2021. p. 11-20.

OAB SP - Ordem dos Advogados do Brasil do estado de São Paulo. **Cartilha sobre a violência  
 contra a mulher.** São Paulo, 2009. Disponível em:  
 <https://redeassocialpg.files.wordpress.com/2016/03/cartilha-sobre-violencia-contra-a-mulher.pdf>.  
 Acesso em: 24 mai. 2020.

ONU Mulheres - Organização das Nações Unidas. **Gênero e COVID - 19 na América Latina e no  
 Caribe:** Dimensões de gênero na resposta. Brasília: ONU Mulheres, 2020. Disponível em:  
 [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-  
 COVID19\\_LAC.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf). Acesso em: 24 mai. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Coronavírus não é democrático: pobres, precarizados e mulheres  
 vão sofrer mais. **The Intercept Brasil [online]**, 17 mar. 2020. Disponível em:  
 <https://theintercept.com/2020/03/17/coronavirus-pandemia-opressao-social/>. Acesso em: 15 jun.  
 2020.

REGO, Walquiria Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, dinheiro e autonomia: o  
 caso da bolsa família. **Revista de Ciências Sociais: Política e trabalho**, Paraíba, v. 38, n. 1, p. 21-  
 42, abr. 2013. Semestral. Disponível em:  
 <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/15029>. Acesso em: 15 jun.  
 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: BRUSCHINI, Cristina;

UMBEHAUM, Sandra. (Orgs.), **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos, 2002. p. 321-338. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/248616/Viol%25C3%25Ancia%2Bcontra%2Ba%2Bmulher%2Be%2Bviol+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 15 jun. 2020

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autentica, 2015.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Relatórios e dados estatísticos. **TJSC [online]**, 2021. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/violencia-contra-a-mulher/relatorios>. Acesso em: 11 set. 2021.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 97-118.

SAWAIA, Bader; ALBUQUERQUE, Renan; BUSARELLO, Flávia; BEREZOSCHI, Juliana (Orgs.). **Expressões da pandemia**. São Paulo: Nexin, 2020. 19 p. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/nexin/expansoes-da-pandemia/expressoes-da-pandemia-vol-1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002. 120 p. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=rGgvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=viol%C3%Aancia+contra+a+mulher&ots=KuhQ3nXOfk&sig=IXpiXHXl\\_n\\_Wtf1AYt56uxRII4#v=onepage&q=viol%C3%Aancia%20contra%20a%20mulher&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=rGgvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=viol%C3%Aancia+contra+a+mulher&ots=KuhQ3nXOfk&sig=IXpiXHXl_n_Wtf1AYt56uxRII4#v=onepage&q=viol%C3%Aancia%20contra%20a%20mulher&f=false). Acesso em: 25 mai. 2020.

VALENTE, Jonas. OMS declara estado de emergência global em razão do coronavírus: na China foram contabilizados 7,7 mil casos e 170 óbitos. Na China foram contabilizados 7,7 mil casos e 170 óbitos. **Agência Brasil**, Brasília, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-01/oms-declara-estado-de-emergencia-global-em-razao-do-coronavirus>. Acesso em: 15 jun. 2020.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Rev. bras. epidemiol.**, Rio de Janeiro, v. 23, e200033, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>. Acesso em: 05 jun. 2020.